



RECOMENDAÇÕES RELATIVAS À EDCG EM ÂMBITO LOCAL

RELATÓRIO TÉCNICO

Projeto | Parcerias Locais para a EDCG: Reforçar o papel dos Municípios e de outros atores locais na implementação da ENED

Título | Estudo levantamento e Análise de Práticas, a Nível Municipal, de Educação para o Desenvolvimento e Cidadania Global

Coordenação | Dalila Pinto Coelho e Norberto Ribeiro

Equipa responsável | Alexandra Sá Costa, Ana Luísa Costa, Dalila Pinto Coelho, João Caramelo, Norberto Ribeiro, Sara Castro

Com a colaboração | Iara Guimarães, Patrícia Ribeiro, Paulo Costa (Rosto Solidário), Daniela Lopes e Pedro Neto (FEC – Fundação Fé e Cooperação)

Promotor | Rosto Solidário Parceiro | FEC - Fundação Fé e Cooperação

Financiamento | Camões – Instituto da Cooperação e da Língua

AGRADECIMENTOS

A equipa expressa o seu agradecimento pela colaboração prestada pelas equipas das organizações não-governamentais (ONGD) para o desenvolvimento Rosto Solidário e FEC – Fundação Fé e Cooperação na preparação e execução do estudo, numa lógica de parceria.

Um agradecimento particular às Câmaras Municipais e respetivos interlocutores que aceitaram integrar o estudo, participando das entrevistas realizadas.

Às e aos profissionais de ONGD que contribuíram para a identificação de interlocutores-chave de Câmaras Municipais, e às pessoas participantes dos eventos públicos em que este trabalho foi apresentado, o nosso muito obrigada.

PROMOVIDO





1 | NATUREZA DA INFORMAÇÃO SOBRE EDCG A NÍVEL MUNICIPAL

Tratando-se de um ator não tradicional da EDCG em Portugal, que não é elegível para cofinanciamento específico nacional, e dada a dificuldade de aceder a cofinanciamento europeu pese embora a elegibilidade, as análises realizadas sugerem a existência de um **conjunto importante de municípios com experiência de atuação no âmbito da EDCG**.

Contudo, esta informação encontra-se **dispersa e fragmentada**, não permitindo ter uma visão mais completa e continuada no tempo sobre estes atores. A necessidade de recorrer a fontes complementares, para além dos websites oficiais dos municípios em análise na condução deste estudo, sugere uma **lacuna na disseminação** dos projetos e, conseqüentemente, dos seus resultados. Verifica-se, igualmente, uma acentuada necessidade de atualização dos websites institucionais, tanto das autarquias quanto das entidades parceiras, bem como uma informação mais organizada e clara. Este cenário pode constituir uma barreira à participação e inclusão da comunidade nas iniciativas de EDCG, seja por desinformação acerca das ações destes municípios e, principalmente, do reconhecimento social da importância destas práticas.

1 | NATUREZA DA INFORMAÇÃO SOBRE EDCG A NÍVEL MUNICIPAL

RECOMENDAÇÃO 1



- É fundamental investir na **disseminação e acesso** público de informação sobre projetos de EDCG promovidos pelos municípios e seus resultados junto de um maior número de pessoas - incluindo cidadãos/ãs, profissionais e demais interessados/as na temática.
- Relativamente à necessidade de **apoiar compreensão sobre a EDCG** junto de atores municipais, será útil investir em ferramentas de diagnóstico de necessidades específicas sentidas, de forma a ajustar a intervenção. A elaboração de um glossário que contribua para uniformizar e orientar a compreensão da EDCG adequada à realidade municipal poderá constituir um instrumento de trabalho útil à abertura e manutenção do diálogo e parcerias neste campo.

2 | DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS COM EVIDÊNCIA DE INTERVENÇÃO EM EDCG

A maior parte dos municípios em que se encontram evidências de EDCG localiza-se na zona litoral, concentrando-se, grosso modo e salvo exceções, nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa. Tal não significa, naturalmente, a inexistência de atuação em EDCG em municípios do interior e das restantes regiões do país (incluindo, na zona litoral). A proximidade a centros urbanos e o estabelecimento de parcerias com atores com maior experiência na EDCG parecem ser fatores importantes no retrato que se encontrou.

Em ligação com o ponto anterior, este cenário aponta para uma necessidade de aprofundar o conhecimento disponível sobre a intervenção municipal em EDCG num conjunto mais alargado de municípios.



RECOMENDAÇÃO 2

- É fundamental **alargar a compreensão** sobre o papel (atual e prospetivo) dos municípios ao nível da EDCG, através de uma aposta na investigação sobre este campo, que considere a natureza ainda fragmentada e múltipla da intervenção. A continuidade da investigação sobre esta questão tem um efeito potencialmente multiplicador para os restantes pontos (capacitação, reforço de parcerias entre pares, ...).

3 | PERFIL DA INTERVENÇÃO EM EDCG A NÍVEL MUNICIPAL

Os dados sugerem um perfil de intervenção voltado para as questões da sustentabilidade e temáticas ambientais, apontando para a importância da temática da **sustentabilidade como porta de “entrada” da EDCG nos municípios**. Esta predominância pode estar associada à influência dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no atual contexto, ainda que tenham sido encontrados exemplos de ação de mais longa duração e prévia aos ODS.

Contudo, não obstante a importância quer das questões ambientais, quer da Agenda 2030, tal sugere que **o potencial da EDCG e o papel dos municípios se encontra sub-explorado e carece de maior estruturação**. Será importante compreender, futuramente, em que medida a entrada e permanência da EDCG se têm feito por outras temáticas (e quais), e como se articulam com temáticas na esfera da EDCG relevantes para os municípios. Num momento em que a interculturalidade e os fenômenos migratórios se revestem de importância central para a manutenção da coesão social e da qualidade da democracia, será particularmente importante perceber em que medida o eventual trabalho dos municípios nesta matéria (encontrado com menos expressão nos dados recolhidos) se tem articulado com uma perspectiva de EDCG e como tal pode ser aprofundado.

A intervenção com públicos jovens, sobretudo escolares, parece representar uma parte importante do trabalho dos municípios em EDCG. Contudo, foi reconhecida a necessidade de maior abrangência junto de públicos adultos bem como do envolvimento das comunidades locais como parte indispensável na sustentabilidade das mudanças que se desejam promover.

Neste sentido, é fundamental - e eventualmente, um elemento distintivo que a EDCG pode adquirir no espaço local - reforçar a atenção a públicos adultos dada a proximidade única dos municípios com a população local. A articulação com atores do espaço local com um conhecimento privilegiado das comunidades locais (ex. juntas de freguesia; movimentos associativos) foi indicada como um passo importante neste processo.

3 | PERFIL DA INTERVENÇÃO EM EDCG A NÍVEL MUNICIPAL

RECOMENDAÇÃO 3



- Reforçar a dimensão de **educação informal e não formal** da EDCG no espaço local, com aposta continuada no trabalho com públicos adultos, e em estreita articulação intersectorial, com atores políticos, associativos, empresas e outros, como parte da estratégia de proximidade aos contextos e de resposta aos desafios de cada território, tomando os espaços não formais e informais como “catalisadores de ação”.

4 | CONDIÇÕES PARA A INTERVENÇÃO EM EDCG A NÍVEL MUNICIPAL

Os dados e atores auscultados sugerem que, nos municípios onde a presença da EDCG já se encontra mais estabelecida, tem sido possível ligar a EDCG a mecanismos e políticas do município de forma mais concreta e duradoura, contribuindo para uma maior sustentabilidade da mesma. Foi referido como indiscutível o peso da decisão executiva na continuidade ou não da atuação, através de medidas concretas como a constituição de equipas, a afetação de recursos humanos, materiais e logísticos, a inclusão da EDCG como assunto da agenda, em políticas ou em documentação municipal. Nestes municípios, destaca-se ainda a importância que a atuação em parcerias com outras entidades (nacionais e internacionais) teve na evolução da área nos seus municípios, a incorporação de temáticas da EDCG em programas já existentes, e uma perspetiva de que a EDCG é útil na abordagem à realidade e desafios no território (ex. integração da diversidade cultural). Nestes contextos, ainda que focados num número reduzido de questões, parece ter havido uma dupla estratégia de financiamento, que combinou a captação de financiamento específico à EDCG com uma lógica de “financiamento temático” (ex. captar financiamento na área das migrações ou ambiente) que, por existir um conhecimento prévio sobre a EDCG, foi possível trabalhar sob esta ótica. A existência de projetos apoiados parece ter sido decisiva para a continuidade da intervenção neste campo.

Não obstante, estes mesmos aspetos das condições necessárias para a EDCG revelaram-se áreas de desafio quer nos municípios onde a EDCG parece já estar mais consolidada, quer naqueles onde parece estar numa fase inicial, destacando-se entre eles a necessidade de capacitação dos atores e técnicos municipais.

4 | CONDIÇÕES PARA A INTERVENÇÃO EM EDCG A NÍVEL MUNICIPAL

RECOMENDAÇÃO 4



- É necessário criar **espaços dedicados à reflexão**, em profundidade, sobre as condições necessárias à EDCG nos municípios, e promover, junto dos atores municipais o conhecimento sobre mecanismos financeiros, nacionais e internacionais, já existentes, específicos da EDCG ou que com ela comuniquem. A intervenção financiada constitui um passo central para a sustentabilidade da EDCG nos municípios

5 | CAMINHOS PARA A INCORPORAÇÃO E TRANSVERSALIZAÇÃO DA EDCG NAS POLÍTICAS MUNICIPAIS

Com exceção dos municípios onde a EDCG já se encontra estabelecida há mais tempo, a incorporação da EDCG na “vida” dos municípios e nas políticas municipais foi referida em termos mais imateriais ou genéricos (ex. atender ao que se consideram ser princípios da EDCG no que já se faz) ou quando especificada, tendeu a traduzir uma visão sectorializada (ex. da temática que está a ser trabalhada).

De forma global, embora as limitações do próprio estudo, foi menos evidente a existência de uma visão agregadora das autarquias sobre como entendem a EDCG e como esta dialoga e se materializa em vários domínios e estruturas municipais. Como antes se referiu, as dificuldades de compreensão e a escassa transversalização da EDCG constituem dois desafios interligados.

RECOMENDAÇÃO 5

Continuar a **aprofundar o conhecimento disponível** sobre a intervenção municipal em EDCG, incluindo nos municípios auscultados mobilizando outros atores.

Reforçar a aposta na **integração dos atores municipais em diálogos sobre EDCG** já existentes (ex. agenda da coerência das políticas, ENED). É importante que os municípios possam ver demonstrado como a EDCG pode articular o diálogo com “outras educações para” já contempladas pelo município, apoiando o alargamento crescente das suas funções no espaço local a que se tem assistido.

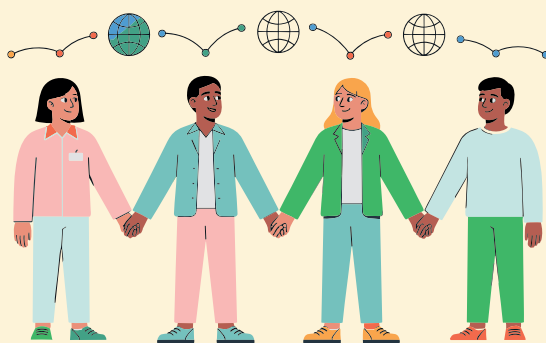
Incorporar a EDCG em **dispositivos de participação cívica e política local** já estabelecidos (ex. assembleias de jovens; orçamento participativo).



6 | FORTALECER OS MUNICÍPIOS ENQUANTO ATORES RELEVANTES NA EDCG

Embora o estudo já permita identificar um conjunto de condições que parecem estar associadas à maior consolidação da EDCG nos municípios, parece ser necessária uma aposta em mecanismos que possam contribuir para fortalecer o papel dos municípios enquanto atores relevantes na EDCG. Por um lado, parece estar em falta aprofundar a compreensão sobre o “porquê” de os municípios atuarem (ou virem a atuar) na EDCG, que eventualmente decorre não só da evolução histórica deste campo em Portugal, mas também de um escasso contacto com a realidade internacional. Por outro lado, o papel dos municípios não parece ter tido, ainda e tanto quanto se sabe, alvo de aposta forte na política nacional de ED nos dois ciclos políticos da ENED existentes até ao momento¹¹.

RECOMENDAÇÃO 6



Promover a **aproximação intermunicipal**, a municípios noutros contextos, nacionais e internacionais, onde a atuação em EDCG se encontra já mais consolidada (parcerias, “geminções”).

Recomendar junto dos atores políticos nacionais da ED a integração da EDCG no espaço local como prioridade no **próximo ciclo da política**.

¹¹ À data de redação deste documento, não se encontra ainda aprovado a ENED III. Atualizações disponíveis em ened-portugal.pt

